

Porto de rio grande: um processo de desenvolvimento ou de dependência em relação à dinâmica econômica em escala global?

Rogério Faé¹

Introdução

O governo federal com base na incorporação de premissas da ideologia do crescimento aliada a uma releitura de aspectos do nacional-desenvolvimento que mais objetiva a articulação entre as políticas públicas em escala nacional e o mercado em escala global erigiu uma estratégia nacional de desenvolvimento em defesa do papel do Estado como planejador estratégico e facilitador do investimento privado. Assim como atribuiu ao Estado papel de planejador estratégico e facilitador do investimento privado (MERCADANTE, 2010; ROUSSEFF, 2011)

É neste contexto que a cidade do Rio Grande passou a ser alvo de investimentos privados mediados por uma estratégia nacional de desenvolvimento que busca descentralizar o crescimento econômico e que identificou na estrutura portuária do município um grande potencial não só para o escoamento da produção, mas para a implantação de um polo naval articulado ao superporto lá existente (SINAVAL, 2010).

Entretanto, se a estratégia predominante é delimitada de forma exógena ao espaço alvo dos investimentos, é em escala local que o impacto das ações é sentido. Assim, neste artigo busca-se fazer uma discussão das premissas definidoras da estratégia nacional de desenvolvimento, assim sobre as condições encontradas na cidade do Rio Grande que possibilitaram a articulação entre os objetivos dados em escala global, nacional e local.

Assim, este texto inicia com uma discussão sobre a estratégia nacional de desenvolvimento em articulação com as premissas macro em prol do crescimento econômico; a seguir foca as principais características do município de Rio Grande e os programas pensados em escala nacional que se propõem a dinamizar o espaço regional. Na continuação serão problematizadas as relações erigidas no município a partir da estratégia dinamizadora e, por último, são apresentadas as conclusões.

A questão do desenvolvimento nacional

O século XXI ao iniciar com a percepção das limitações do ideário neoliberal em promover a estabilização macroeconômica e o crescimento na América Latina e, de forma articulada, pelos impasses colocados pelo contexto global para a viabilização de práticas que fortalecessem ações que enfatizavam as contradições de classe e que se opunham ao desenvolvimentismo – ao argumentar que o desenvolvimento nacional impedia a constituição de uma classe trabalhadora autônoma e consciente de seus interesses –, devolve ênfase à discussão do desenvolvimento nacional (RIDENTE, 2009; BRESSER-PEREIRA, 2006).

Naquele momento, passaram a ganhar destaque ideias que predominavam na CEPAL, sistematizadas em um documento cuja construção foi coordenada por Fernando Fajnzylber em 1990. No documento são apresentadas soluções para o impasse criado, que passariam pelo fortalecimento da democracia e pelo ajuste das economias. Sendo tarefa primordial a transformação das estruturas produtivas em um contexto de crescente equidade.

¹ Professor Adjunto no PPGA/EA/UFRGS. Email: rogerio.fae@ufrgs.br

Foi dada ênfase à necessidade de correção dos desequilíbrios macroeconômicos; uma segunda preocupação era em relação às formas de financiamento do desenvolvimento e de cooperação internacional; e, por último, a necessidade de manutenção da coesão social que estabelecia limites às políticas e estratégias econômicas (CEPAL, 1990).

O que estava em pauta na chamada ‘transformação produtiva com equidade’ não era mais do que a busca por formas de produção que apresentassem competitividade em escala internacional com base na incorporação de tecnologia de ponta e com menor depreciação dos salários reais.

A industrialização constitui o eixo da transformação produtiva, principalmente por ser portadora da incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, na nova situação deve ultrapassar o estreito contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e a área de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneidade progressiva dos níveis de produtividade (CEPAL, 1990, p. 895).

Transformações produtivas que deveriam estar articuladas com ações que buscassem utilização racional do meio ambiente, de forma a preservar os recursos escassos através de seu uso com base em pesquisas e práticas sustentáveis. Assim, o desenvolvimento nacional deveria estar focado na competitividade, articulado com ideias ligadas à sustentabilidade e à equidade.

As políticas econômicas não se resumiam à criação de um ambiente macroeconômico apropriado, mas era necessária sua articulação com políticas setoriais de curto e longo prazo, assim como de mudanças institucionais que dessem maior segurança para as interações entre agentes públicos e privados. A equidade, por sua vez, exigia que as mudanças produtivas fossem acompanhadas por

medidas redistributivas complementares, entre elas serviços técnicos, financeiros e de comercialização, assim como programas maciços de qualificação destinados a microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores, reformas de diversos mecanismos de regulação que impedem a formação de microempresas, adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, fomento da organização, de modo a contribuir para a ajuda mútua e a representação das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado, e aproveitamento da política tributária, tanto pelo lado da receita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos (CEPAL, 1990, p. 896-897).

Bresser-Pereira (2006, p. 10), ao incorporar ideias que vigiam na CEPAL e argumentar sobre o que seria o novo desenvolvimentismo, diz que este supõe a existência de uma verdadeira nação, entendida como tendo a capacidade

de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado. A nação é uma sociedade de pessoas ou famílias que, compartilhando um destino político comum, logra se organizar na forma de um Estado com soberania sobre determinado território. [...] Para que a nação possa compartilhar um destino comum, ela deve ter objetivos comuns, entre os quais o historicamente mais importante é o desenvolvimento.

Ao entender o novo desenvolvimentismo como um caminho intermediário entre o neoliberalismo e o nacional desenvolvimentismo², o foco da construção se direcionou para o interesse nacional que somente faria sentido se partisse de um consenso interno que estivesse na base da estratégia nacional de desenvolvimento que defendesse os interesses e o bem comum interno.

Uma estratégia nacional de desenvolvimento “[...] é um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico. É menos do que um projeto

² O nacional desenvolvimentismo surgiu na década de 1950 e tinha por principais objetivos o fortalecimento da industrialização substitutiva de importações e o aumento do mercado consumidor interno como recursos através dos quais as nações periféricas construiriam situações de maior autonomia em relação às nações centrais, assim como seriam reduzidas as diferenças estruturais entre as nações centrais e periféricas.

ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade. Porque dá a todos um rumo a ser seguido, e certas orientações muito gerais a serem observadas. Porque, embora não pressuponha uma sociedade sem conflitos, envolve uma razoável união de todos, quando se trata de competir internacionalmente. Porque é mais flexível do que um projeto. Porque está sempre considerando as ações dos demais adversários ou competidores. Porque o fator a motivar o comportamento individual não é apenas o interesse próprio, mas a competição com as demais nações. A estratégia nacional de desenvolvimento reflete tudo isso. Sua liderança cabe ao governo e aos membros mais ativos da sociedade civil. Seu instrumento fundamental é o próprio Estado: suas normas, suas políticas e sua organização. Seu resultado, quando um grande acordo se estabelece – quando a estratégia realmente se torna nacional, quando a sociedade passa a compartilhar, frouxa mas efetivamente, métodos e objetivos – é a aceleração do desenvolvimento. Um período longo, em que o país experimenta elevadas taxas de crescimento da renda *per capita* e dos padrões de vida. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 14).

Cabe destacar que, para Bresser-Pereira (2006), o nacional desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 e o novo desenvolvimentismo se diferenciam em dois aspectos: os fatos históricos que caracterizam o capitalismo global; e que países como o Brasil, de desenvolvimento médio, alteraram seu estágio de desenvolvimento criando as condições para que as indústrias nacionais passassem a competir com as indústrias dos países industrializados. Razões pelas quais os fundamentos que dão suporte ao processo de desenvolvimento nacional deveriam considerar as novas condições existentes de forma a dar novas respostas ao contexto.

Assim, Bresser Pereira (2006), ao buscar crescimento econômico sustentável com melhor distribuição de renda, caracterizou o novo desenvolvimento como uma estratégia nacional de desenvolvimento relacionada aos seguintes elementos: maior abertura da conta comercial do país, de forma negociada e com reciprocidades; novo papel do Estado, com destaque para o planejamento estratégico; estabilidade macroeconômica, incluindo estabilidade de preços, equilíbrio do balanço de pagamentos e câmbio apreciado; recusa da estratégia de crescimento com poupança externa e financiamento do desenvolvimento com recursos próprios.

No que tange à relação entre Estado e mercado, Sicsú, Paula e Michel (2007, p. 509) defendem que a melhor alternativa é a que pensa um

Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] são as seguintes: (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.

Já, para Valencia (2008) o novo desenvolvimentismo é entendido como nova ofensiva articulada ao ideário neoliberal pela burguesia industrial, inexistindo um pressuposto implícito ao novo desenvolvimentismo, como no nacional desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, de superar a dependência em relação aos países qualificados como desenvolvidos; mas alcançar formas de associação com o capital internacional de maneira a fortalecer os laços entre as burguesias dos países dependentes e desenvolvidos.

Assim, haveria uma desistência no que se refere à construção de caminhos autônomos e que valorizem as reais necessidades dos países dependentes, criando em contraponto economias que fornecem os suportes para a manutenção da lógica econômica em escala global e que mantêm as posições das burguesias nacionais, tidas em uma leitura com

base na construção discursiva de Cardoso e Faletto (1969) como classes fomentadoras do desenvolvimento interno a qualquer nação.

Naquele contexto, em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República, mantendo-se por oito anos, e em 2011 tomou posse Dilma Rouseff. A atual presidenta, já em seu discurso de posse deixou claro seu intento que é de “[...] dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes” (ROUSSEFF, 2011, s/p), ou seja, manter e aprimorar o projeto político de governo herdado do presidente anterior.

A presidenta reafirmou como ponto fundamental de sua agenda e, principalmente, como base para os projetos e programas que seriam estimulados em seu governo a necessidade de crescimento econômico; e com ele de estabilidade macroeconômica e de controle da inflação. O foco na capacidade de exportação ficou em evidência como meio de equilibrar a balança comercial, assim como o consequente estímulo à competitividade dos produtos, tanto no mercado interno como no externo.

No último aspecto ganhou relevância o papel do Estado como indutor do investimento privado, razão pela qual o “PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado [...]”. (ROUSSEFF, 2011, s/p.)

O Estado aparece, ainda, com um papel de planejamento estratégico que busca facilitar a relação entre mercado e governo, com vista ao crescimento que estaria na base do estímulo às políticas sociais, sendo com “[...] crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional” (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

Assim, os aspectos determinantes das estratégias políticas do governo brasileiro que estão em vigor afirmam que a melhoria das condições de vida da população depende do desempenho econômico, de forma semelhante à releitura proposta pelos neodesenvolvimentistas; com a ressalva feita por alguns autores de que existe atualmente uma preocupação em focar as atenções na melhoria das condições de vida (RANDS, 2010; MERCADANTE, 2010).

É importante salientar, também, a preocupação com a formação de um mercado consumidor interno que fomentasse o crescimento do parque fabril. Entretanto, no que se relaciona às estratégias, o foco se direciona para a capacidade de articulação com o mercado internacional e com a possibilidade de produção de produtos competitivos tanto em nível interno como externo (BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Mesmo em relação à capacidade de consumo, as políticas públicas implementadas a partir de 2003 definem prioritariamente práticas ligadas ao fomento do consumo interno como meios para indução do investimento privado, através da democratização do acesso ao crédito, da implementação de programas sociais de transferência de renda e de grandes obras de infraestrutura – neste último caso entram as obras do PAC e, entre elas, as vinculadas ao Superporto do Rio Grande (BRASIL, 2012).

O Município de Rio Grande

O município de Rio Grande faz parte da chamada metade sul do Estado, que ocupa mais da metade do território do Rio Grande do Sul (54%), possui 25% da população e 18% do PIB. Entre seus maiores e principais municípios estão: Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Bagé e Sant’ana do Livramento (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

A metade Sul apresenta uma situação peculiar, já que no decorrer da evolução histórica e apesar da industrialização centralizada em Rio Grande e Sant’ana do Livramento desencadeada no período entre guerras, a estrutura socioeconômica delineou-se predominantemente com base na pecuária e posteriormente na agricultura (MARTINS e PIMENTA, 2004).

A cidade do Rio Grande é a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido fundada em 1737 como uma fortificação portuguesa. O nome dado à época de “Vila de Rio Grande do São Pedro” teve origem em razão da percepção de seus fundadores de que um grande rio – mais tarde se descobriu tratar-se da Lagoa dos Patos – ali desembocava no Oceano Atlântico.

No período que se seguiu a sua fundação, a vila serviu de passagem às embarcações que faziam o trajeto entre o centro do Brasil e a Colônia de Sacramento. Pela sua posição estratégica tornou-se um espaço geográfico disputado entre espanhóis e portugueses que tinham por finalidade o controle da Colônia do Sacramento – estrategicamente localizada em frente a Buenos Aires. Por consequência, o espaço geográfico onde se localiza a cidade de Rio Grande pertenceu aos Espanhóis de 1763 a 1776, fato que provocou a transferência da capital da província de Rio Grande para Viamão (MARTINS e PIMENTA, 2004).

Posteriormente, com o enriquecimento dos criadores de gado da campanha – em função da introdução das charqueadas –, a Vila do Rio Grande ganha o *status* de cidade e em 1835, na eclosão da Revolução Farroupilha, voltou a se tornar capital do Estado, já que possuía o único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Aquele período foi de expansão do comércio ligado à importação e exportação, de forma que a cidade cresceu de maneira contínua e criou as condições para a emergência do processo de industrialização que perdurou até a década de 1960 (COPSTEIN, 1975).

Para Martins e Pimenta (1974) a primeira fase do processo de industrialização da cidade (1874- 1910) – e do Estado do Rio Grande do Sul – teve início com a fundação da fábrica de tecidos Rheingantz e, posteriormente, com a implantação de novas indústrias têxteis, de cordoarias, fabricas de calçados, fabricação de alimentos em conserva, biscoitos, charutos e moinhos de farinha. Processo acompanhado por uma ampla expansão urbana e pela consequente ampliação da oferta de serviços públicos e privados.

Cabe salientar que a industrialização gaúcha, em seu início, localizou-se entre as cidades de Rio Grande e Pelotas, já que as indústrias, assim como os produtores de charque da região, visavam mercados mais amplos existentes no centro do país e no exterior. Razão pela qual a proximidade com o porto de Rio Grande tornava-se uma condição muitas vezes indispensável. Como consequência do crescimento, assim como sob a influência de imigrantes de diversas origens, a cidade do Rio Grande gradativamente ganhou ares cosmopolitas.

O primeiro período industrial ocorrido em Rio Grande representou a formação de uma elite econômica e social para a cidade. Essa elite foi capaz de construir clubes, teatros, prédios suntuosos, assim como abrigar eventos culturais importantes de expressão nacional. Concomitantemente, um operariado miserável coabitava a zona urbana, inicialmente em cortiços (MARTINS e PIMENTA, 2004, p. 89).

No período de 1910 a 1930 foram abertas novas possibilidades ao processo de crescimento. Este período iniciou com a construção de um novo porto na cidade que tinha por objetivo facilitar a passagem de navios entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos e foi acompanhado por investimentos ligados ao fornecimento de energia elétrica ao porto e parte da cidade. Para estas obras foram contratados técnicos europeus e norte-americanos (MARTINS e PIMENTA, 2004; COSTA, 1922).

Neste mesmo período, em resposta à decadência das charqueadas, teve início o processo de industrialização da carne no Rio Grande do Sul. Processo que inicialmente deveria ser implementado com capital dos próprios criadores; entretanto, o Governo Estadual

permitiu a entrada de capital estrangeiro com o objetivo de modernizar tecnologicamente a produção pecuária (PESAVENTO, 1990). Fato que facilitou a implantação de frigoríficos estrangeiros no Rio Grande do Sul, como as indústrias Wilson e Armour em Sant'ana do Livramento e Swift em Rio Grande.

Com a situação contextual em escala global (início da 1ª guerra em 1915), o frigorífico Swift, de capital norte-americano, rapidamente se constituiu em importante ator econômico, chegando a ter 1500 funcionários com sua produção destinada à exportação. Cabe salientar que naquele período o processo de industrialização ganhou vigor, com o crescimento das indústrias existentes e a implantação de novas indústrias alimentícias, entre elas de pescados.

Em termos de infraestrutura, em 1915, a iluminação a gás começou a ser substituída pela elétrica, o transporte público passou a ser realizado através de bondes elétricos. Já, na década de 1920 surge a primeira linha postal aérea e a primeira linha aérea comercial do Brasil, que ligavam Rio Grande a Porto Alegre (MARTINS e PIMENTA, 2004).

Na década de 1930 iniciou em escala nacional a Era Vargas, na qual o país começou a buscar uma forma de desenvolvimento industrial própria, com estímulo ao processo de substituição de importações. Processo no qual o parque fabril de São Paulo tomou a dianteira (CANO, 1985). Entretanto, a industrialização de Rio Grande ganhou uma sobrevida com a grande depressão de 1929 e com a Segunda Guerra, que provocou a manutenção de altos níveis de demanda externa, apesar da redução do mercado consumidor interno.

Na segunda metade da década de 1930 é instalada a refinaria de petróleo Ipiranga como resultado de uma das poucas transposições do capital agrário para o industrial na região, consequência da associação de capitais dos fazendeiros de Uruguaiana, do Uruguai e da Argentina (PESAVENTO, 1985).

A indústria pesqueira também se fortaleceu durante o período, em resultado de financiamentos proporcionados pelo Governo Federal que auxiliaram a consolidar o setor de pescados de forma pioneira no País, de tal forma que vieram, junto com as empresas de conservas alimentícias, a se tornarem base do dinamismo industrial da região a partir da segunda metade do século XX, período em que as indústrias têxteis e frigoríficos passaram a enfrentar dificuldades e muitas encerraram atividades na cidade (MARINS e PIMENTA, 2004).

No que tange às indústrias têxteis, frigoríficos e outras de grande porte, ao enfrentarem problemas e encerrarem muitas das linhas de produção, provocaram crise local com a diminuição de, aproximadamente, 7 mil vagas de trabalho em uma população total de 82 mil habitantes. O que afetou sensivelmente a dinâmica municipal.

As décadas de 1950 e 1960 são emblemáticas da decadência fabril e da forte expansão urbana verificada através de toda ordem de loteamentos. Na década de 1950, ocorreu uma proliferação de novos loteamentos, em que qualquer hectare de terra, ou menos, era transformado em lotes urbanos prontos para comercialização. [...] A partir desses loteamentos surgiu um novo fenômeno urbano denominado de vilas que, em duas décadas (1950 e 1960), ofereceu nada menos do que 17.246 lotes urbanos. (SALVATORI *et al.*, 1989, p.45)

Cabe destacar que o sentido atribuído à vila, pelo autor acima, não se traduz em um povoado no qual tiveram início várias cidades, entre elas Rio Grande; mas de bairro pobre com infraestrutura deficitária, com pouco ou nenhum planejamento em relação ao adensamento demográfico e, normalmente, em áreas mais afastadas.

Situação que se estendeu sem alterações significativas até a década de 1970, quando ocorreu o início da construção do Superporto e do distrito industrial destinado à instalação de indústrias e prestadoras de serviços portuários. O distrito industrial é administrado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e nele se estabeleceram empresas de setores como

metalurgia, fertilizantes, serviços, alimentos, madeiras, energia e química (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O Superporto, atualmente, é alvo de nova expansão portuária que almeja melhor aproveitamento do espaço ocioso, reaver espaços físicos que foram ocupados com o objetivo de construir moradias de maneira informal e ilegal ao longo dos anos, assim como expandir a área ocupada, com a finalidade de instalar novos terminais portuários e empresas (CARDOSO, 2012).

O PAC e o Superporto

Visando o incentivo ao crescimento econômico, o diagnóstico feito pelo governo federal identificou, em escala nacional, pontos de estrangulamento: infraestrutura insuficiente (principalmente em termos de transporte e energia) e baixo nível de crédito e financiamento aos investimentos (BRASIL, 2012).

Objetivando a redução das dificuldades observadas em relação à infraestrutura, segundo o Ministério das Cidades (2011), os investimentos do PAC (Plano de Aceleração do crescimento) possuem três focos: (1) logística, com a ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; (2) energia, que implica melhoria na produção e fornecimento de energia elétrica, petróleo, gás e combustíveis renováveis; (3) área social e urbana, que envolve melhoria nas condições de vida para a população.

A definição dos objetivos citados, aliada a um contexto no qual foi descoberta grande quantidade de petróleo em águas profundas, gerou demanda em termos de maior quantidade de bases e embarcações de apoio para extração e transporte do petróleo. Razão pela qual o governo federal decidiu incentivar o fortalecimento da indústria naval no Brasil (SINAVAL, 2010).

A importância econômica do Porto do Rio Grande e sua posição estratégica possibilitaram sua inclusão em programas do governo nacional – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na recuperação da indústria naval – provocando, assim, uma nova alteração estrutural na cidade no início do século XXI.

Assim, cabe destacar que os investimentos previstos para o polo naval e para o Superporto do Rio Grande estão vinculados a um conjunto de medidas que almejam elevar as taxas de crescimento econômico do país e são operacionalizadas por meio de parcerias com instituições privadas. Fato que é facilmente verificável ao observar os estaleiros que se instalaram na cidade, entre eles ECOVIX, em 2010, que foi viabilizado pela associação entre uma empresa de engenharia especializada em empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura e um fundo de investimento; e Wilson Sons, de capital estrangeiro que está em processo de instalação. Postura que reforça uma estratégia governamental que busca fomentar o investimento privado (ROUSSEFF, 2011).

Em relação à cidade do Rio Grande, no período que inicia com a decisão por parte do governo federal de implantação de um polo naval, foram percebidas alterações na geração de emprego e renda, com o aumento significativo dos postos de trabalho.

O polo naval do Rio Grande emerge como resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento que possui como um de seus objetivos a descentralização do crescimento, razão pela qual o investimento governamental feito na cidade está atraindo grandes empresas interessadas na atividade petrolífera do Brasil (SINAVAL, 2010).

Assim, a dinâmica socioeconômica do município está vinculada ao comércio nacional e internacional de mercadorias que são escoadas pelo porto e, no que tange ao polo naval, à extração de produto natural que tem por destino o mercado global. Portanto, o processo de desenvolvimento predominante na cidade está vinculado à permanência de

interesse econômico externo, sobre o qual a cidade exerce pouca influência (CARVALHO, CARVALHO e DOMINGUES, 2013).

Neste sentido, de forma a reproduzir os mecanismos ligados à divisão internacional do trabalho, assim como a própria história local, os fatores que fomentam o desenvolvimento socioeconômico da cidade são dados por fatores exógenos. Fato que, por um lado, caracteriza uma forma de desenvolvimento dependente da dinâmica global; por outro, tal processo de desenvolvimento é planejado e institucionalizado a partir de políticas públicas vinculadas a uma estratégia de facilitação do investimento privado, no qual os sujeitos inseridos no espaço alvo dos investimentos tem pouco poder de influência. Processo que será discutido a seguir.

A relação entre os processos econômico e social

O processo de crescimento econômico é definido pelo aumento do PIB per capita. A partir da ótica macroeconômica, o crescimento econômico só pode ocorrer com base em políticas voltadas para tal e em um ambiente estável que favoreça o processo de acumulação capitalista. Outro vetor potencialmente facilitador do crescimento é a incorporação de tecnologia (MASSAÚ, 2008).

No que tange à relação entre a proposta de descentralização do crescimento econômico, em escala nacional, e a história da cidade do Rio Grande, o que se percebe é um processo de retroalimentação entre a estratégia nacional de desenvolvimento e a construção sociocultural pré-existente que identifica nos potenciais investimentos econômicos de grande porte o único meio de alterar a realidade da cidade.

Percepção que foi facilmente identificada através de entrevistas com sujeitos que compõem a população da cidade em diferentes papéis (secretários municipais, dirigentes sindicais, representantes de associações de moradores e população em geral) que adotam posições nas quais, por um lado, reconhecem o processo cíclico historicamente vivido pela cidade; por outro, buscam obter o maior proveito possível das oportunidades abertas pela etapa de crescimento atualmente experimentada, mesmo que seja por tempo limitado. Situação que confirma a posição de Harvey (2006) segundo o qual a reprodução e desdobramento do processo global de acumulação, em determinado espaço, demanda materialização articulada de aspectos físicos, ecológicos, sociais, entre outros.

Ou seja, o processo de crescimento articulado em escala global e mediado por políticas públicas em escala regional só é viável se os sujeitos inseridos em determinado espaço incorporem ideologicamente as premissas predominantes em escala macro. E é justamente em relação a tais premissas que a história e a cultura da cidade de Rio Grande oferecem possibilidades de ressonância.

O contato com a população da cidade mostrou que ao identificar como razão das fases de crescimento dos ciclos econômicos o investimento externo, em paralelo, cria-se expectativa social de que as possibilidades de melhoria das condições de vida só são possíveis através de inversões de grande porte que recolocassem e reposicionassem a cidade em um processo de ascensão econômica.

Se, por um lado, existe racionalmente a percepção de que como em outros ciclos anteriores este tem um tempo de duração e que após poderá advir um novo período de estagnação; por outro, argumenta-se em defesa da expectativa de que as oportunidades abertas pelo investimento atual criem um impulso social direcionado a atividades empreendedoras³ que possam dar suporte à manutenção de determinada condição socioeconômica ao final da etapa de ascensão do ciclo econômico.

³ Cabe salientar que atividade empreendedora é entendida como tendo um significado vinculado à emergência e manutenção de pequenos negócios, em atividades diversas.

Outro aspecto que deve ser salientado é de que muitas das atividades econômicas que aproveitam os potenciais naturais da cidade e que, de alguma forma, possibilitaram formas de sobrevivência à parcela da população após a partir da década de 1970, como a atividade pesqueira, vêm sofrendo gradativa desvalorização; assim como é facilmente identificável a migração de trabalhadores da atividade de pesca para atividades comerciais ou fabris ligadas à indústria naval.

Assim, percebe-se um contexto no qual a expectativa social leva a uma posição de valorização dos investimentos de grande porte e à inserção subordinada dos trabalhadores em atividades para as quais há dependência do interesse econômico externo e que, de forma articulada, possa promover a emergência de atividades empreendedoras vinculadas aos investimentos feitos pelas grandes empresas, como por exemplo: especialização em limpeza de roupas e objetos utilizados em atividades petrolíferas.

Percepção que provoca a seguinte problematização: como poderia ocorrer o estabelecimento de atividades empreendedoras que fossem além das possibilidades abertas pelo investimento feito e que viabilizassem a incorporação de mão-de-obra que não fosse necessária ali?

A questão da dependência

Para Marini (1973, p. 134-135) a dependência se caracteriza por uma “[...] relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

A partir desta construção, a situação de dependência é perceptível através da identificação das posições ocupadas pelas diversas nações na divisão internacional do trabalho. Assim como, às nações dependentes seriam delegados papéis complementares e que potencializem a dinâmica existente nos países centrais.

Aspecto no qual se torna evidente a relevância das atividades para as quais se destinam os investimentos realizados na cidade do Rio Grande. A cidade se caracteriza por ter um espaço geográfico no qual foi, primeiramente, identificado grande potencial de escoamento da produção através do porto e, posteriormente, para a instalação de um polo naval direcionado, prioritariamente, à construção de embarcações que darão suporte à produção de petróleo a ser inserido no mercado mundial.

Este último aspecto cria, por um lado, atendimento de demanda energética escassa em escala global; por outro, possibilita através de investimentos originados em investidores interessados a possibilidade de exploração de uma nova reserva de combustível que poderá entrar no mercado de forma a concorrer com os fornecedores tradicionais e viabilizar, inclusive, uma potencial redução dos preços em escala macro (AMIN, 1973; MENDES e GUERRA, 2010).

Processo que ao ser analisado sob a ótica de Marini (1973), foca na possibilidade de fornecimento de produtos primários com valores de troca decrescentes, ao longo do tempo, como um dos principais mecanismos através do qual os países dependentes se inseriram na divisão internacional do trabalho; assim como fator que possibilitou a transferência de trabalhadores do campo para o meio urbano nos países centrais e a redução do valor do trabalho em contrapartida da diminuição do custo de manutenção dos trabalhadores. Processo que viabilizou a especialização produtiva industrial nos centros e que caracteriza muitas das relações de troca entre países dependentes e centrais desde o princípio da revolução industrial.

Cabe destacar que o argumento acima foi construído por Marini (1973) para demonstrar a forma como os países dependentes se utilizam da superexploração do trabalho

como recurso para viabilizar, ao mesmo tempo, a competição com outros países produtores e a manutenção taxa de mais-valia. Entretanto, no que tange a este artigo, interessa entender a forma como o espaço alvo dos investimentos é incorporado à lógica macroeconômica.

Razão pela qual, é necessário destacar que o processo de desenvolvimento de base exógena, ou seja, que tem por base o interesse dos investidores e a transformação do espaço alvo dos investimentos não ocorre exclusivamente com base na expectativa das nações que delimitam a dinâmica socioeconômica. Mas, como visto anteriormente, necessita ser incorporada pelos sujeitos que compõem os espaços que fornecem os suportes para as ações que buscam predomínio.

Entre os sujeitos imersos no espaço que constitui a cidade do Rio Grande o que se identifica é um consenso quanto aos benefícios do processo provocado pelos investimentos feitos. Muitos são os pontos salientados como positivos, como aumento da renda, aumento dos postos de trabalho, etc...

Já, em relação às críticas, estão situações tidas pelos sujeitos ali imersos como consequência da má administração pública ou em consequência do aumento do custo de vida pela tentativa de ganho fácil advindo do excesso de demanda em relação à serviços ou mesmo no que se refere aos preços dos aluguéis, que se tornaram inviáveis para muitos dos que eram considerados anteriormente cidadãos comuns.

O que escapa à percepção é a crítica feita por autores como Frank (1966) segundo o qual o processo de desenvolvimento significa para os países satélites desenvolvimento do subdesenvolvimento ou, por Harvey (2006), segundo o qual o processo de acumulação capitalista se caracteriza por uma dinâmica de apropriação por expropriação.

Sob a ótica dos últimos autores o desenvolvimento traz como consequência do processo de acumulação por parte dos investidores e da realização dos potenciais existentes, a expropriação. Processo que é materialmente verificável quando se examina as consequências da instalação das industriais vinculadas ao porto para as famílias que viviam em áreas destinadas para ampliação: remoção para outras áreas que, em muitos casos, inviabilizaram a manutenção da atividade econômica anteriormente exercida. Como nos casos de catadores de papel que foram removidos para casas sem a estrutura necessária para a estocagem do material coletado, entre outros.

O aumento dos aluguéis, por exemplo, é evidentemente previsível e economicamente desejável em consequência da migração de trabalhadores e do aumento da renda da população. Entretanto, a saída de parte dos sujeitos que moravam em áreas centrais em direção à periferia da cidade, seja em função da impossibilidade de manter um imóvel alugado ou da remoção em áreas que foram ocupadas pela expansão do porto são qualificados como problemas a serem solucionados pelos administradores públicos.

O poder público passa a ocupar, então, um papel de impulsionador do desenvolvimento ao fomentar o investimento privado, assim como administrador dos problemas sociais gerados por estas mesmas políticas vinculadas ao desenvolvimento. Esta situação fica ainda mais agravada quando analisada de maneira articulada com premissas examinadas anteriormente de que o processo de crescimento econômico se estabelece por ciclos econômicos, que pressupõem ascensão e descenso.

Na etapa de crescimento os custos são mais facilmente administráveis pela entrada de impostos e renda advindos dos projetos executados, porém em uma etapa de crise os problemas iniciais tendem a se manter, agravados pela necessidade de atendimento dos sujeitos primeiramente empregados nas grandes industriais e depois excluídos do processo de produção, como já identificado na cidade em ciclos anteriores. Em momentos de crise o que se pode esperar é uma situação de colapso das ações governamentais e de socialização dos custos entre toda a população.

Assim, os riscos e muitos dos custos advindos do processo de desenvolvimento (infraestrutura, capacitação de trabalhadores, entre outros) são assumidos pelo poder público em escala nacional nos momentos de fomento ao desenvolvimento, assim como pelas esferas municipal, estadual e federal no que concerne à redução das consequências sociais que advêm do próprio processo de desenvolvimento.

Considerações Finais

As propostas vinculadas à lógica desenvolvimentista apregoam que o crescimento econômico é base do desenvolvimento. Seja em uma relação direta, na qual o crescimento econômico por si seria capaz de promover o desenvolvimento (HARROD, 1956); seja como meio indispensável através do qual o desenvolvimento seria atingido (LEWIS, 1969; HIRSCHMAN, 1974).

A incorporação de premissas da ideologia do crescimento aliada a uma releitura de aspectos do nacional-desenvolvimento que mais objetiva a articulação entre as políticas públicas em escala nacional e o mercado em escala global – do que a tentativa de internalização dos centros de decisão e a diminuição da dependência dos países periféricos em relação aos centrais (FURTADO, 1961) – levaram a uma estratégia nacional de desenvolvimento em defesa do papel do Estado como planejador estratégico e facilitador do investimento privado (MERCADANTE, 2010; ROUSSEFF, 2011).

Entretanto, se, por um lado, essa estratégia privilegia a incorporação do grande capital como meio de fomentar o crescimento e aumentar a competitividade dos produtos nacionais; por outro, a dinâmica deste processo é delimitada em escala macro e só é viável de modo articulado à lógica econômica global (HARVEY, 2006).

É neste contexto que a cidade do Rio Grande passou a ser alvo de investimentos privados mediados por uma estratégia nacional de desenvolvimento que busca descentralizar o crescimento econômico e que identificou na estrutura portuária do município um grande potencial para a implantação de um polo naval articulado ao superporto lá existente (SINAVAL, 2010).

Entretanto, considerando os ciclos econômicos que a cidade já experimentou, o que se percebe em termos de estratégia de desenvolvimento para a cidade é, de forma a reproduzir o padrão histórico, buscar formas de crescimento econômico que possuem sua dinâmica delimitada de maneira exógena (CARVALHO, CARVALHO e DOMINGUES, 2013). Ou seja, que se caracteriza por uma inserção com base na divisão internacional do trabalho pré-existente e que promove uma situação de dependência em relação aos centros econômicos mais dinâmicos (MARINI, 1972; OSÓRIO, 2012).

Em relação à mediação orquestrada pelo Estado e que tem nas políticas públicas e nos programas governamentais os recursos de ação, percebe-se um duplo movimento. Por um lado, é atribuído ao Estado um papel de fomento ao desenvolvimento econômico; por outro, o poder público é responsabilizado e deve arcar com os custos social e ambiental do próprio processo de desenvolvimento.

Referencial

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1973.

BRASIL. PAC 2 – *O círculo virtuoso do desenvolvimento*, Março-Abril/2012. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em 01 jun. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Globo, 1985.

CARDOSO, Adriana Lessa. *A condição do trabalho feminino no polo naval do Rio Grande/RS*. Rio Grande: FURG, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG\FURG. Rio Grande, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. (1969). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. v.2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495-520.

CARVALHO, Diogo Sá; CARVALHO, Andrea Bento; DOMINGUES, Marcelo Vinícius de La Rocha. *Polo naval e desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul*. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Desenvolvimento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf>. Acesso em 10 jun. 2013.

CEPAL. Transformação produtiva com equidade. 1990. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COPSTEIN, Rafael. O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande. Porto Alegre, *Boletim Gaúcho de Geografia*, n.4, p.1-43, 1975.

COSTA, A. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.

FRANK, Andre Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento Latino-Americano, 1966. In: PEREIRA, Luiz (org.) *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HARROD, Roy Forbes. Domar y la dinámica económica. In: HANSEN, A.; CLEMENCE, R. V. *Lecciones sobre ciclos económicos y renta nacional*. Rosario: Instituto Interamericano de Estadística, 1956.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism*. London: Verso, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro. (orgs.) *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais – O caso do município de Rio Grande (1874-1970). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.1, p. 85-100, 2004.

MASSAÚ, Erli Soares. O desenvolvimento regional e a nova divisão internacional do trabalho. Pelotas: Educat, 2008.

MENDES, João batista Alvarez; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. A política externa e o pré-sal. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/amgg.htm>. Acesso em 10 jul.2014.

MERCADANTE, Aloízio. *Brasil: a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla. OSÓRIO, Jaime. LUCE, Mathias. Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-riograndense*. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

RANDS, Maurício. *A era Lula – desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil*. Recife: Bagaço, 2010.

RIDENTE, Marcelo. Desenvolvimentismo: o retorno. *Temas Brasil*, Janeiro-2009. Disponível em <<http://www.acesa.com>>. Acesso em 30 set. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. *Porto do Rio Grande*. Disponível em: www.portoriogrande.com.br. Acesso em: 27 fev. 2011.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 ago. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, nº 4, vol. 27, p. 507-524, out-dez/2007.

SINAVAL. *Informações do setor*. Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval Offshore, 2009. Disponível em: <<http://www.sinaval.org.br>>. Acesso em 20 jun. 2013.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Londrina: Práxis, 2008.